



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS

COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÚM. PARECER: 138671/2015
 PROTOCOLO: 71000.051526/2012-48
 C.N.P.J: 05.046.571/0001-80
 ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DAS MENINAS
 MUNICÍPIO: BENTO GONCALVES
 ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO: A

TIPO DE PROCESSO: Concessão
 DATA DE PROTOCOLO: 18/05/2012
 UF: RS
 DILIGÊNCIA/OF. COMPL.: 790/2015

ANÁLISE TÉCNICA

I) DOCUMENTOS OBRIGATORIOS:

(Documentos pendentes)

Não apresentou todos os documentos
Inscrição no Conselho Local de Assistência Social

II) FINALIDADES OU OBJETIVOS DO ESTATUTO SOCIAL:

a) Compatibilidade do estatuto com LOAS: art. 34, I, Dec. 7.237/10 ou art. 39. I. Dec. 8.242/14
Compatível com a legislação

b) Destino do patrimônio em caso de dissolução:
art. 3º, II, Lei 12.101/09
Compatível com a legislação

III) ATIVIDADES DO RELATÓRIO: art. 18 da Lei 12.101/09 Não atua na assistência social

Oferta(s)

Usuário(s)

Qualificação usuário

Outras ofertas (anteriores à lei):

IV) GRATUIDADE (a partir dos documentos apresentados): Art. 18 da Lei 12.101/09 e Art. 57 do Decreto 8.242/14 Não é possível aferir a gratuidade das ofertas

V) MANIFESTAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO:

Número(s):

VI) CONTINUIDADE, PLANEJAMENTO e UNIVERSALIDADE DAS OFERTAS: Art. 18 da Lei 12.101/09 Não foram analisados

VII) CONCLUSÃO DO PARECER: INDEFERIDO

Motivo em caso de indeferimento: Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social

Embora a entidade tenha sido diligenciada (ofício nº 790/2015), o seguinte documento obrigatório não foi apresentado: Inscrição no Conselho Local de Assistência Social. Com isso, a análise dos requisitos de certificação presentes na Lei nº 12.101/2009 e no Decreto nº 8.242/2014 não foi possível.

A entidade poderá recorrer da decisão em até trinta (30) dias a partir da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.). Ressalta-se que o recurso não tem efeito suspensivo, ou seja, a partir da publicação do indeferimento a entidade perde o direito à isenção do art. 29 da Lei 12.101/09.

Caso o fundamento do indeferimento seja a não apresentação de documentação obrigatória, a entidade poderá apresentar em sede de recurso a documentação faltante indicada acima.

www.mds.gov.br/assistenciasocial

Brasília, DF 28/03/2016

Elizabeth Costa

CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Marília Carvalho

CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Barbara P. C. Campos
DRSP/SNAS/MDS